

Safrá 2005/2006

Medidas de apoio à agricultura

A desvinculação dos limites de financiamento do crédito de comercialização do limite do crédito de custeio, com a conseqüente elevação dos valores-teto para os produtores de arroz, milho, soja e sorgo, foi bem recebida. Assim, produtores com o limite de crédito tomado no financiamento de custeio poderão ter acesso ao financiamento de comercialização, sem comercializar a produção a preços aviltados.

Limites de financiamento: custeio e comercialização (R\$)

Cultura	Antes	Agora
Algodão	500 mil	1 milhão
Milho	400 mil	800 mil
Arroz	200 mil	800 mil
Sorgo	200 mil	800 mil
Trigo	200 mil	800 mil
Soja: centro-oeste, norte e sul do MA, PI e BA	200 mil	800 mil
Soja: demais regiões	150 mil	600 mil

Fonte: MAPA

Diante do quadro de preços baixos para a agropecuária, é fundamental o cumprimento da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), com a alocação de R\$2,8 bilhões no orçamento das Operações Oficiais de Crédito (2OC) para a safra 2005/06.

A formação e o financiamento de estoques (AGF e EGF), o lançamento de contratos de opções, as despesas com Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), as operações de recompra, repasse de opções e o prêmio das opções privadas requerem

aumento dos recursos orçamentários das Operações Oficiais de Crédito (2OC).

Na safra passada, os recursos orçamentários empregados para a garantia e sustentação de preços com a PGPM foram da ordem de R\$1,2 bilhão. Para 2006, o orçamento é de apenas R\$ 650 milhões, que é muito aquém das reais necessidades para a execução da PGPM.

Caso o orçamento das Operações Oficiais de Crédito seja adicionado do crédito suplementar de R\$2,2 bilhões, o

total destinado às operações da PGPM atingirá R\$2,8 bilhões, o que viabilizaria a formação de 7,8 milhões de toneladas de estoques e a realização de 13,8 milhões de toneladas, em contratos de opções de produtos agrícolas, com a retirada do excedente do mercado e melhoria dos preços para os produtos agrícolas.

Outras políticas complementares são necessárias para aumentar a competitividade e o investimento em infra-estrutura, importação de defensivos agrícolas dire-



tamente pelos produtores, implantação do *drawback* “verde/amarelo”, biodiesel de soja, e reduzir a vulnerabilidade do setor rural com a implantação efetiva do seguro rural de forma abrangente.

Para a pecuária de corte, além do impacto negativo do crescimento do custo de produção, da febre aftosa e do câmbio, o setor enfrenta uma concentração cada vez maior de abate nos frigoríficos, principalmente nos exportadores. Para reduzir os custos de produção e dar maior competição, está sendo negociada a desoneração da incidência do PIS/Cofins em toda a cadeia produtiva. Além disso, cabe uma atenção redobrada do sistema de defesa sanitário do País, para assegurar não somente a questão orçamentária, mas também regras claras e bem definidas e um número adequado de técnicos capacitados.

FAT – Giro Rural

Na linha do Fundo de Amparo do Trabalho (FAT) - Giro Rural, foram autorizados créditos de R\$852,52 milhões para o refinanciamento de fornecedores de insumos junto a produtores rurais e cooperativas, relativos às safras 2004/2005 e 2005/2006.

Para o pagamento das prestações de 2006, o governo autorizou o novo prazo de:

- ✓ Custeios prorrogados em 2005;
- ✓ Operações de investimento agropecuário: BNDES/Finame equalizados pelo Tesouro, Finame Agrícola Especial, exigibilidade do crédito rural, Pronaf e do Proger Rural, estimados em R\$7,2 bilhões.

Em que pesem as medidas tomadas, na soja, o carro-chefe da produção de grãos, com exportações previstas, para 2006, para o complexo, de US\$9 bilhões, a situação é dramática nos estados da região central, basicamente em função de três fatores negativos:

1. A valorização do real frente ao dólar;
2. O surgimento da ferrugem da soja;

3. O impacto da subida do frete com os aumentos dos preços do óleo diesel.

Para amenizar a crise, o governo anunciou uma ajuda de R\$1 bilhão para os produtores de soja. Como, em meados de maio, cerca da metade da safra atual de soja estava comercializada, a decisão poderá dar sustentação de preços para um volume de 15 a 20 milhões de toneladas. O governo gastará de US\$0,75 a US\$3 por saca. A linha cobrirá grande parte do custo variável e será bancada por meio de recurso do Tesouro Nacional.

Operacionalmente, haverá quatro etapas. Na primeira, o governo realizará

leilões para determinar o valor máximo da soja que será bancado pelo governo. Os contratos são adquiridos por comerciantes, cooperativas e indústrias, que se comprometem a praticar um preço acima da média de mercado. O desembolso do governo será correspondente à diferença entre o preço de mercado e o acertado nos contratos. O crédito do governo será pago em 2007, para que a operação seja quitada. ■

Onde Saber Mais:

Confederação Nacional da Agricultura

<http://www.cna.org.br>



Custo de produção da soja em Mato Grosso – US\$

Item	Safra 2001/02	Safra 2005/06	Variação absoluta
Frete por hectare (*)	138,0	264,0	126,0
Frete por tonelada (*)	46,0	88,0	42,0
Óleo diesel por hectare (**)	17,5	45,0	27,5
Fertilizantes por hectare (**)	111,3	148,5	37,2
Ferrugem por hectare (**)	Zero	70,0	70,0
Custo fixo por hectare (***)	76,7	131,5	54,8
Custo variável por hectare (***)	339,8	510,8	171,0
Custo total por hectare (***)	416,5	642,3	225,8
Custo fixo por saca (***)	1,5	2,6	1,1
Custo variável por saca (***)	6,7	10,2	3,5
Custo total por saca (***)	8,2	12,8	4,6

Fonte: (*) Aprosoja/Centrogrãos: Sorriso até Paranaguá (**) IMEA (***) EMBRAPA: Primavera do Oeste